



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COORDENADORIA LEGISLATIVA - COLEG

Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2025 — Julgamento das Contas do Município referente ao Exercício Financeiro de 2021 — Processo nº 1120627/TCEMG.

ATO DE EXPEDIENTE

Nos termos dos art. 22, VIII, da Lei Orgânica do Município de Lavras¹, bem como do art. 245, §1º², do Regimento Interno da Câmara Municipal, **ENCAMINHE-SE** aos membros desta Casa de Leis, para conhecimento, o processo relativo ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Minas Gerais quanto às contas do Poder Executivo Municipal do Exercício Financeiro de 2021, recebido em 01/10/2025, conforme Of. nº 692/2025/GPUCR/RRP.

Na mesma oportunidade, **REMETAM-SE** os autos à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, na forma do art. 245, §2º, do RICML, a fim de **EMIÇÃO DE PARECER FUNDAMENTADO** e apresentação de **MINUTA DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**, após **ABERTURA DE PRÉVIO CONTRADITÓRIO** à Excelentíssima Senhora Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira.

¹ Art. 22 - Compete à Câmara privativamente:

VIII – apreciar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observando: (Inciso com redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 21, de 04/12/2009) (LOM)

² Art. 245. Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com os respectivos pareceres prévios a respeito da aprovação ou rejeição das contas do Prefeito, o Presidente, independentemente de sua leitura em Plenário, enviará cópia a cada Vereador.

§ 1º Na primeira Reunião Ordinária após o recebimento do processo, o mesmo será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de vinte e dois dias para emitir o parecer, opinando sobre a aprovação ou rejeição dos pareceres do Tribunal de Contas, e elaborando o respectivo projeto de Resolução.

§ 2º Se a Comissão de Finanças e Orçamento não observar o prazo fixado, o Presidente designará um relator especial, que terá o prazo improrrogável de dez dias, para emitir o parecer e elaborar o projeto de Resolução.

§ 3º Exarado o parecer pela Comissão de Finanças e Orçamento ou pelo relator especial, nos prazos estabelecidos, ou mesmo sem eles, o Presidente incluirá os pareceres do Tribunal de Contas e o projeto de Resolução na Ordem do Dia da sessão imediata, para discussão e votação única.

§ 4º O parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de dois terços dos membros da Câmara, em votação nominal.

§ 5º A redação final e promulgação do projeto de resolução constante no § 3º será na forma da votação.

§ 6º Aprovadas ou rejeitadas as contas do Prefeito, serão publicados os pareceres do Tribunal de Contas com a respectiva Resolução da Câmara e remetidos o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 246. A Câmara tem o prazo máximo de noventa dias, a contar do recebimento dos pareceres prévios do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito. (RICML)





Assinado com Assinatura Eletrônica (Lei 14.063/2020) | Regulamento 910/2014/EC)
Hash SHA256 do original: a95a7929e4bc71cb260aceb6135fe1c23bf3c89f387c7cc52c57087b9a45cc
Link de validação: <https://valida.ae/f9db69b9c634284fe27a55f50c79105bdbe267e4717d4aeb?sv>



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COORDENADORIA LEGISLATIVA - COLEG

DESIGNO, na oportunidade, o servidor Raphael Cardoso Marques, Analista de Orçamento e Finanças desta Casa, para, especialmente, auxiliar, assessorar e responsabilizar-se pela condução do procedimento junto à Comissão competente. Ainda, **DETERMINO** ao servidor a produção de Nota Técnica preliminar, com recomendações aos vereadores membros da Comissão, no prazo de 10 dias corridos.

À Secretaria Legislativa, para todas as providências necessárias.

Lavras, 03 de outubro de 2025.

Vitor Cazumbá
Azevedo

VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO
Coordenador Legislativo da Câmara Municipal

